



ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA E O PATRIMÔNIO DIGITAL: CERÂMICAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA CENTRAL E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ATRAVÉS DE ACERVOS VIRTUAIS

ARCHAEOLOGY OF THE AMAZON AND DIGITAL HERITAGE: INDIGENOUS CERAMICS FROM THE CENTRAL AMAZON AND THE PRESERVATION OF MEMORY THROUGH VIRTUAL COLLECTIONS.

ANDRÉ LUIZ DE VASCONCELOS FIDELIS JUNIOR¹

Resumo

Esta pesquisa busca analisar e catalogar digitalmente as coleções cerâmicas da Amazônia Central, com ênfase na Fase Guarita, presentes no laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Amazonas, vinculado ao Museu Amazônico, articulando arqueologia, história indígena e o patrimônio digital. Ao fazer isto, este estudo visa democratizar o acesso ao conhecimento arqueológico, aproximando pesquisadores, estudantes e o público em geral, pois ao inserir as peças cerâmicas e seus contextos em um banco de imagens digital, promove-se a preservação e a difusão da cultura dos povos originários. Para isso, foi desenvolvido um sistema de catalogação informatizado, integrando nele coleções já existentes e novas descobertas no acervo digital disponível no site do Museu Amazônico². O trabalho também reflete sobre como a historiografia estigmatizou a figura do indígena no Brasil, defendendo assim uma abordagem mais crítica e inclusiva. Neste sentido, o patrimônio digital surge como uma ferramenta de valorização da memória indígena e de fortalecimento da identidade cultural na Amazônia.

Palavras-chave: Arqueologia da Amazônia; Cerâmica; Povos Indígenas; Amazônia Central; Patrimônio Digital.

Abstract

This research aims to analyze and digitally catalog ceramic collections from Central Amazonia, with an emphasis on the Guarita Phase, housed in the Archaeology Laboratory of the Federal University of Amazonas, linked to the Museu Amazônico, articulating archaeology, Indigenous history, and digital heritage. By doing so, the study seeks to democratize access to archaeological knowledge, bringing researchers, students, and the general public closer together, since inserting ceramic artifacts and their contexts into a digital image database promotes both the preservation and dissemination of Indigenous people's culture. For this purpose, a computerized cataloging system was developed, integrating existing collections and new findings into the digital archive available on the Museu Amazônico website. The work also reflects on how historiography has stigmatized the figure of the Indigenous in Brazil, thereby advocating for a more critical and inclusive approach. In this sense, digital heritage emerges as a tool for valuing Indigenous memory and strengthening cultural identity in the Amazon.

Keywords: Archaeology of the Amazon; Ceramics; Indigenous Peoples; Central Amazon; Digital Heritage.

¹ Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: andreluizjr2002@gmail.com.

² Disponível em: <https://arqamazon.ict.ufvjf.edu.br/jspui/>



Introdução

A Amazônia constitui um dos mais extensos e complexos mosaicos culturais do planeta terra, abrigando uma diversidade de povos e tradições que moldaram o ambiente e desenvolveram formas próprias de ocupação e manejo do território Amazônico. A materialidade resultante destas experiências humanas – como urnas funerárias, fragmentos cerâmicos, artefatos líticos e diversos outros vestígios arqueológicos – constitui não apenas os testemunhos de sociedades antigas, mas também uma dimensão concreta da memória indígena e da formação cultural daquela região. Neste contexto, a arqueologia da Amazônia desempenha um papel fundamental para se compreender os processos histórico-culturais que sustentam essa longa ocupação indígena, ao mesmo tempo em que enfrenta o desafio contemporâneo de democratizar o acesso a esse patrimônio e preservá-lo frente às novas dinâmicas da era digital.

Este artigo tem como proposta analisar e registrar coleções cerâmicas referentes a Amazônia Central, com ênfase nas coleções da Fase Guarita, presentes no laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), vinculado ao Museu Amazônico. O trabalho feito insere-se na interface entre a arqueologia, história indígena e patrimônio digital, propondo a ampliação de um acervo virtual que amplie as possibilidades de preservação, pesquisas e a difusão do conhecimento arqueológico. A digitalização das coleções e sua disponibilização pública em ambiente virtual constituem um esforço para a preservação e visibilidade das culturas indígenas da região, representando uma forma de valorização da memória e de fortalecimento da identidade cultural amazônica.

O Museu Amazônico, criado em 1987 e administrado pela UFAM, tem como missão conservar, pesquisar e divulgar o patrimônio material e imaterial da Amazônia, atuando em diversas frentes ligadas à arqueologia, etnologia, história e antropologia. Em seu interior, o Laboratório de Arqueologia da UFAM, destaca-se como espaço de estudo, salvaguarda e análise de materiais provenientes de escavações e projetos de pesquisa desenvolvidos em toda região Amazônica brasileira. É neste ambiente que se encontram as coleções cerâmicas da Amazônia Central analisadas e trabalhadas neste artigo.

Durante o desenvolvimento deste projeto, sob a supervisão de um arqueólogo do Museu Amazônico, foi realizada uma ampla etapa de organização e digitalização do acervo cerâmico depositado no Laboratório de Arqueologia da UFAM. O processo iniciou-se com o levantamento e a triagem das peças que estavam armazenadas a anos no depósito do Laboratório. Após isto, as peças foram cuidadosamente manuseadas, limpas quando necessário e identificadas individualmente. Em seguida, cada artefato foi fotografado utilizando uma



câmera digital de alta resolução para que se registrasse as suas características formais e decorativas com a maior precisão possível. As imagens resultantes destes processos foram, posteriormente, integradas a um banco de dados digital que reúne informações descritivas sobre cada item, incluindo dados como o número daquele item no inventário, local e data de escavação, tipo cerâmico, fase Arqueológica e cronologia estimada e outras observações pertinentes. Todas essas informações foram sistematizadas e inseridas no acervo digital do Museu Amazônico, sendo este um repositório de acesso livre e gratuito, cujo objetivo é ser uma plataforma de difusão científica e preservação patrimonial, representando uma extensão do espaço museológico tradicional, traduzido para o ambiente virtual, garantindo maior durabilidade às informações e favorecendo o diálogo entre ciência, tecnologia e sociedade. É importante ressaltar que o site está em constante evolução no quesito de informações sobre as peças arqueológicas, sendo assim um projeto a longo prazo.

Desta forma, a presente pesquisa propõe articular o estudo arqueológico das cerâmicas da Amazônia central com a construção de um patrimônio digital acessível, promovendo uma reflexão sobre o papel das tecnologias na salvaguarda da memória e na democratização do conhecimento arqueológico. Ou seja, o trabalho busca evidenciar como a arqueologia, ao dialogar com os instrumentos da era digital e da historiografia, pode se tornar uma ferramenta de inclusão, difusão e valorização histórica dos povos indígenas, auxiliando para que suas vozes e expressões materiais permaneçam vivas e acessíveis para as futuras gerações.

A estigmatização da figura indígena na historiografia Brasileira

No território que conhecemos por Amazônia, no território brasileiro, grande parte da população descende dos povos originários. Neste contexto, visto a diversidade étnica e cultural brasileira, se faz necessário conhecer a história dos povos indígenas, que é de incontestável importância para o fortalecimento de sua identidade. Ao entrar em contato com a cultura do passado indígena, aprendemos com ela, reformulando ideias preconcebidas e enraizadas no pensamento comum, gerando a estigmatização da figura indígena, que não é recente e remonta desde o século XVI ao presente, onde estes povos são colocados em uma posição de inferioridade, exclusão e subalternidade da sua imagem (Almeida, 2010) ao longo da história perante o “homem branco ocidental”.

O estigma associado à figura indígena é evidente desde suas primeiras menções na historiografia brasileira. Em 1822, o território brasileiro se torna independente do reino de Portugal, formando um novo império nas Américas, porém, mesmo com um estado relativamente consolidado, era notável a falta de um sentido de união da nação. Para se



constituir uma nação, o império brasileiro necessitava construir uma identidade nacional, ou seja, criar uma história do Brasil para que se buscasse legitimar a independência (Guimarães, 2011), “unindo” os povos do país, em grande parte indígenas e afrodescendentes, em uma só bandeira.

Neste contexto, em 1838, tem-se a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) que promoveu um concurso em 1840 sobre “como escrever a história do Brasil”, tendo como vencedor o naturalista bávaro Von Martius, que sugeriu que a história brasileira deveria ser escrita como “três braços de um mesmo rio” (Guimarães, 2011), sendo esses “braços” o branco europeu, o negro africano e o nativo indígena. Para o contexto do período, o colonizador foi visto como o braço central e agente civilizador, enquanto o indígena era totalmente secundário e irrelevante junto ao negro.

Por conseguinte, tem-se o autor Francisco Adolfo de Varnhagen, que seguindo os mesmos moldes do IHGB, escreveu sua famosa obra “História Geral do Brasil”, onde também tratou os indígenas como secundários na formação do país. Segundo Varnhagen, os jesuítas erraram ao “civilizar” e “catequizar” os indígenas (Reis, 2006), pois com isso lhes foi tirado a condição de escravizados e esta foi entregue aos negros, que segundo ele, nunca deveriam ter sido trazidos do continente africano ao solo sul-americano. Varnhagen representava o pensamento da elite intelectual do Império, que financiou o IHGB, fazendo apologia à criação de um Brasil com características ocidentais e heranças portuguesas. Isso se deve, em parte, ao fato de que grande parte da administração do IHGB e da elite do Império brasileiro tinham origens lusitanas. Neste contexto, a figura do nativo era frequentemente retratada de forma subalterna perante o europeu branco, uma vez que o consenso intelectual do Império, liderado por Varnhagen, defendia que a colonização portuguesa trouxera benefícios ao Brasil.

Varnhagen destacava os supostos “benefícios” desse processo colonizador, que envolvia desde a evangelização dos nativos até sua integração à cultura europeia, culminando em uma sociedade mais avançada e organizada, segundo ele (Noelli, 2007). Entretanto, é importante ressaltar que a colonização não foi benéfica e nem “civilizatória”, mas caracterizada por um processo de supressão cultural e violenta assimilação (etnocídio), em uma tentativa clara de extinguir as diversas culturas das etnias indígenas à força. Um grande exemplo destas práticas foi o Diretório Pombalino (ou Diretório dos Índios) em 1755 que proibiu, por exemplo, o uso das línguas, festas e rituais indígenas, mudando quase por completo os costumes dos povos (Santos, 1998). Portanto, esta visão propagada por Varnhagen e outros intelectuais do Império não reflete a realidade vivida pelos povos originários do Brasil. Não podemos cometer o mesmo erro destes intelectuais e olhar para uma história indígena usando uma perspectiva retrógrada e

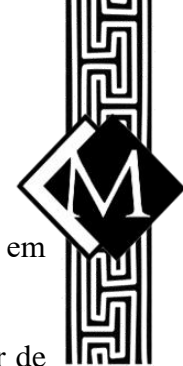


eurocêntrica. Ou seja, a história indígena deve ser compreendida através de uma perspectiva mais crítica e inclusiva, reconhecendo as injustiças e desigualdades geradas pelos processos de colonização, valorizando as culturas e contribuições dos povos originários que ajudaram a formar a nação que existe hoje.

A figura Indígena no cenário arqueológico brasileiro do século XIX

Assim como a historiografia, a arqueologia no Brasil também corroborou para a degeneração da figura nativa em seu início, usando como base estudos antropológicos de autores estrangeiros. Os estudos antropológicos das décadas de 1940, 1950 e 1960 seguiram um viés determinista e evolucionista, como por exemplo um dos principais idealizadores destes estudos, o antropólogo Julian Steward, que utilizou o modelo ocidental de “estado” e “civilização” para tentar responder e inferiorizar a organização social, cultural e política dos povos indígenas (Arcuri, 2007), considerando sempre o modelo ocidental europeu como espelho para a “perfeição evolutiva”. Neste contexto, tem-se a Arqueóloga Betty Meggers, que influenciada pelas ideias de Steward, afirmou que a falta de agricultura na Amazônia devido a solos pobres limitou o desenvolvimento cultural (Meggers, 1971), sendo esta noção o mais puro determinismo agrícola, que defendia que a pobreza de nutrientes dos solos amazônicos teria impedido o surgimento de “sociedades mais complexas”, reduzindo os povos indígenas da nossa região e suas culturas a uma forma mais “simples”. Essa visão, porém, é equivocada e foi refutada posteriormente, pois ignora totalmente as diversas soluções desenvolvidas pelas populações indígenas, como o manejo da floresta e a criação das terras pretas de índio, demonstrando que suas capacidades de adaptação e tecnologia eram próprias e complexas (Moraes, 2015). Vale ressaltar que Betty Meggers, posteriormente, reconhece os erros em sua tese e concorda com os trabalhos posteriores sobre o tema.

Tal pensamento acabou criando uma armadilha para os arqueólogos posteriores a Meggers, os levando a procurar sinais de extenso uso da agricultura na Amazônia para refutar as ideias da arqueóloga, aceitando o “determinismo agrícola” como um indicador de complexidade social. Felizmente, este indicador foi derrubado posteriormente com o surgimento no meio acadêmico arqueológico da Terra Preta de índio (TPI), que são solos ricos em matérias orgânica e nutrientes que as fazem ser altamente férteis, demonstrando que a ideia de que os solos pobres impediriam a agricultura e o desenvolvimento cultural na região foi então, superada (Neves, 2022). Em suma, a existência das terras pretas refutou a noção de que a Amazônia seria inapropriada para o desenvolvimento humano devido aos seus “solos



inférteis” para a agricultura e nos mostrou que, na verdade, as sociedades antigas optaram em algum momento por usar a agricultura de modo secundário, ao invés de depender dela.

Conquanto, é importante haver uma história dos povos originários contada a partir de seu protagonismo e perspectiva, demonstrando que estes não foram “personagens secundários de um processo violento no qual não havia possibilidades de ação” (Almeida, 2010), pois sua história não começa a partir da colonização na Amazônia, mas sim em até pelo menos 12 mil anos atrás (Neves, 2022) e pode ser contada, também, através da arqueologia, contendo diversas fases, povos, culturas, sociedades e dialetos espalhados pela densa floresta Amazônica. Desse modo, faz-se necessário a análise de uma história indígena pré-colombiana através da arqueologia, visto que até poucos anos atrás, os indígenas eram excluídos ou pouco explorados na historiografia brasileira, no sentido de protagonismo (Almeida, 2010).

12 mil anos de história indígena na Amazônia Central

Primeiramente, devemos relacionar a arqueologia com os povos indígenas. Há uma relação entre ambos no tocante de um passado e presente indígena, pois a região amazônica foi densamente povoada a pelo menos 12 mil anos (Neves, 2022). Um dos grandes exemplos disto é a existência de 129 sítios arqueológicos mapeados ao longo do curso do baixo Rio Madeira (Kok, 2017), demonstrando um caráter contínuo de ocupação humana. Algo interessante é que tais dados atuais conferem com os referentes às anotações do bandeirante Raposo Tavares, que em sua expedição em 1653, pode notar grandes e densos povoamentos nas margens do Rio Madeira, constatando a existência de diversas cidades, com cada uma podendo habitar cerca de “150 mil almas”, que consistiam em sociedades de ocupação contínua na Amazônia:

Quinze dias depois de iniciada a viagem pelo rio, [...] não houve um dia em que não vissem algumas [povoações], e geralmente viam muitas todos os dias. Eles viram cidades com 300 cabanas [...] com muitas famílias vivendo em cada uma delas. Calcularam que em uma delas residiam 150 mil almas (Hemming, 2011, p.90).

Com este relato, por exemplo, pode-se constatar que as crônicas europeias conferem com os dados arqueológicos presentes nos sítios ao longo do Rio Madeira, mesmo que este relato se trate de uma descrição de época, onde os cronistas coloniais podiam exagerar nos números para impressionar os leitores. Porém, não deixa de dialogar muito bem com as diversas evidências arqueológicas. Outro sítio com evidências de ocupação de caráter contínuo na Amazônia Central, dessa vez as mais antigas que se tem registro, é o Sítio Arqueológico Dona Stella. Sendo um sítio a céu aberto, localizado entre o Rio Negro e Solimões (Costa, 2009), evidência ocupação de pelo menos 8.500 a 12.000 anos atrás, fazendo deste o sítio que



demonstra a ocupação mais antiga na Amazônia Central pelo ser humano (Moraes, C.P & Neves, E. G, 2012).

Outra demonstração dessa densa ocupação humana na Amazônia, que inclusive é presente no dia a dia de muitas pessoas, é a Terra Preta. Consiste em um solo modificado pela atividade indígena no passado, tendo sido alterado a tal ponto que se tornou mais fértil que o solo comumente encontrado na Amazônia (Neves, 2006), sendo utilizado até hoje para atividades agrícolas.

Apesar das divergências no tocante à intencionalidade ou não da produção dessa terra, todos concordam que a terra preta se formou principalmente com o intenso descarte de matéria orgânica em assentamentos humanos antigos da Amazônia (Woods; McCann, 1999; Glaser; Birk, 2012 apud Moraes, 2015).

A arqueologia está muito próxima da vida das pessoas, pois ao analisarmos comunidades indígenas e caboclas no interior do Amazonas, pode-se constatar que algumas delas vivem sob sítios arqueológicos, inclusive fazendo uso da Terra Preta presente no local. Um forte exemplo disso, no contexto urbano, é a cidade de Manaus, pois grande parte dela está situada em depósito arqueológico, como na praça Dom Pedro II e na Praça da Saudade (Neves, 2022, p.116). Tal fato não é mera coincidência, está relacionando passado com presente e, apesar de ainda ser um movimento não resolvido e que gera debates, alguns povoamentos antigos e atuais podem compartilhar uma área similar, fazendo-os protetores daquelas terras, inclusive são encontrados nos solos férteis destas comunidades diversas provas de que houveram ocupações anteriormente naquele território, como vestígios fragmentos cerâmicos e artefatos, por exemplo.

Figura 1 - Urna encontrada na praça Dom Pedro, Manaus - AM.



Fonte: Manaus de Antigamente³

³Disponível em: <https://manausdeantigamente.blogspot.com/2014/11/cemiterio-indigena-na-praca-dom-pedro-ii.html>



Figura 2 - Arqueólogo Carlos Augusto da Silva em uma plantação que utiliza terra preta.



Fonte: Site Envolverde⁴

Fases e tradições cerâmicas da Amazônia Central

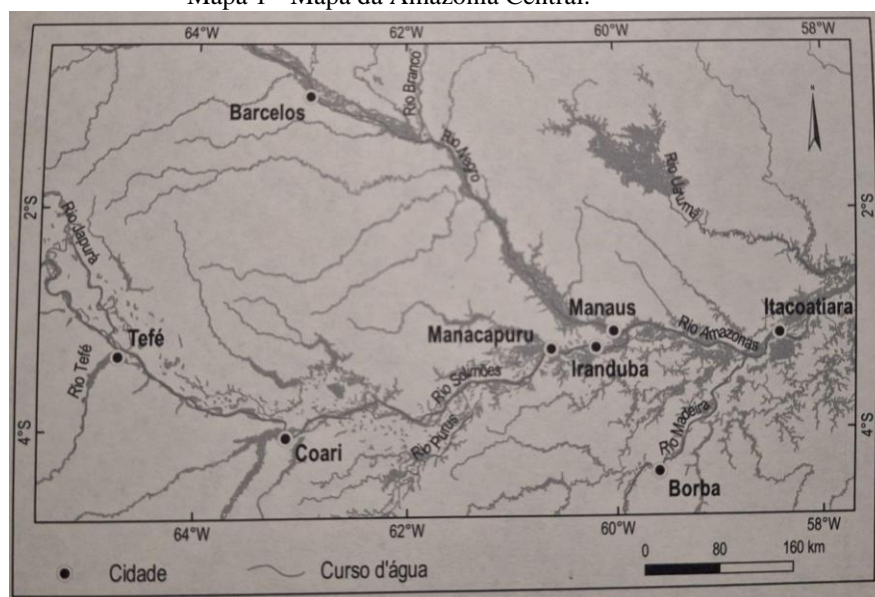
O arqueólogo Peter Paul Hilbert, em 1968, propôs uma tabela indicando as classificações cerâmicas da Amazônia Central (mapa 1), onde as separou em quatro conjuntos, indicando suas Fases e as Tradições (Neves, 2022). Ao seguir com esta sua classificação, Hilbert aderiu a divisão de quatro horizontes de cerâmica para a Amazônia, estes que foram anteriormente propostos por Evans e Meggers (1961). Tal proposta, inicialmente vista como hipotética ou provisória para as classificações, é utilizada até os dias atuais como base para o estudo sobre cerâmicas na Amazônia Central, porém com algumas alterações como explicarei mais adiante no texto.

“Fase” e “Tradição” na arqueologia, neste caso referente a Amazônia Central, engloba conjunto de elementos relacionados no tempo e no espaço, como peças cerâmicas, líticos, padrões de assentamento humanos e outros artefatos, que são identificados em um ou mais sítios arqueológicos (Cmhyz, 1976). Ambos representam um período específico na história da ocupação humana da região Amazônica Central, podendo ser caracterizadas pelos seus traços identificáveis, como estilos de cerâmica e técnicas de produção, que variam de Fase e de Tradição.

⁴Disponível em: <https://envolverde.com.br/terra-preta-de-indio-o-legado-de-agricultura-sustentavel-da-amazonia/>



Mapa 1 - Mapa da Amazônia Central.



Autor: Marcos Britto.

Tabela 01: Tabela cronológica da cerâmica na Amazônia Central proposta por Peter Hilbert em 1968, seguindo as ideias de Evans e Meggers (1961). (EC: ERA COMUM).

FASE	TRADIÇÃO	DATAS
Itacoatiara	Incisa e ponteadada	Sem datas
Guarita	Policroma da Amazônia	Sem datas
Paredão	Borda Incisa	880 ± 70; 870 ± 70 EC
Manacapuru	Borda Incisa	425 ± 58 EC

Fonte: Autoria própria, adaptada do autor Peter Hilbert.

No acervo do Museu Amazônico, que se encontra no laboratório de Arqueologia da UFAM, há uma enorme variedade de peças cerâmicas que tangem todas as principais fases e tradições da Amazônia Central. Porém, é muito importante ressaltar que em vez de apresentar um quadro amplo sobre as cerâmicas indígenas da Amazônia Central em geral, darei ênfase nas cerâmicas da Fase Guarita em específico, pois além de serem as mais quantitativas das quais trabalhei no acervo do laboratório, elas também são as mais esteticamente atrativas para pessoas fora da área da arqueologia por conta de sua pintura e grafismos únicos dentre as quatro Fases.



Não se sabe ao certo quando se deu início à produção da cerâmica na Amazônia Central, porém as mais antigas dentre as fases conhecidas da região, estão as peças cerâmicas da Fase Açutuba da Tradição borda incisa, estimada entre as datas de 300 A.C e 360 D.C. Vale ressaltar que Peter Hilbert não classificou à Fase Açutuba inicialmente em sua tabela na época por que a Fase ainda não estava devidamente identificada ou distinguida dentre as outras.

As análises cerâmicas feitas na área de confluência entre os rios Negro e Solimões elevaram a formulação de uma nova hipótese sobre a cronologia de ocupação da área, quando se identificou uma Fase cerâmica mais antiga, denominada Açutuba, com datas entre 300 A.C. e 360 D. (Lima, 2015, p.13).

As cerâmicas da Fase Açutuba apresentam diferentes tipos de pastas (composição do que é feita), sendo geralmente leves e porosas (Lima, 2011). Destas, destacam-se dois tipos de pastas: a primeira é de uma de cor branca e sempre aparece associada à categoria de vasilhas, se utilizando de formas complexas e pintura colorida (policrômica). Já a segunda leva um forte tom alaranjado, sendo muito leve e porosa, com bastante cauxi (esponja de água doce encontrada nos rios amazônicos) como tempero. Uma das principais características desse tipo de cerâmica, é que há uma grande variedade de contornos nos vasos, pois é próximo as bordas em que geralmente se encontra a aplicação da decoração (figura 3), que em sua maioria compõem-se por estatuetas, fazendo com que a borda da peça seja mais espessa que o restante dela.

Figura 3 - Apliques cerâmicos da Fase Açutuba.



Fonte: Acervo do Museu Amazônico, localizado no Laboratório de Arqueologia da UFAM – Manaus/AM, de autoria própria.

As cerâmicas das Fases Manacapuru e Paredão também estão dentro da Tradição borda incisa, porém apesar de terem sido encontradas em um espaço que indica similaridade temporal e estarem inseridas na mesma Tradição, ambas possuem suas diferenças. Um traço



marcante desta Tradição, é o uso da modelagem como recurso decorativo, tendo na maioria dos casos apêndices (enfeite ou um detalhado adicionado) aplicados próximos ao lábio (a borda de cima do vaso) da peça cerâmica, podendo representar figuras antropomorfas e zoomorfas (figura 4 e 5), ou seja, representa aspectos humanos ou de animais em formas decorativas, como o próprio homem, répteis e aves, principalmente (Neves, 2022).

As cerâmicas de ambas as Fases têm como antiplástico (composição) a base de cauixi, porém as da Fase Paredão possuem uma pasta mais dura e compacta, se utilizando também do carvão na mistura, sendo queimados por mais tempo, tornando nítida a diferença de um fragmento da Fase Paredão (figura 4) para um da Fase Manacapuru (figura 5).

Figura 4 - Aplique cerâmico "caretinhas" da Fase Paredão.



Fonte: Acervo do Museu Amazônico, localizado no Laboratório de Arqueologia da UFAM – Manaus/AM, de autoria própria.



Figura 5 - Apliques cerâmicos da Fase Manacapuru



Fonte: Acervo do Museu Amazônico, localizado no Laboratório de Arqueologia da UFAM – Manaus/AM, de autoria própria.

A Fase mais recente de cerâmicas na Amazônia Central é a Fase Guarita da Tradição Polícroma da Amazônia (TPA) e remonta a 1150 ± 57 DC (Lima 2015), sendo associada as últimas ocupações indígenas antes da chegada dos colonizadores europeus na região (Tamanaha, 2014). Uma de suas características mais notáveis são as suas pinturas coloridas em três cores, sendo o vermelho, preto e branco, caracterizando a sua denominação (Polícroma). Sua decoração é peculiar e única, chamando tanto a atenção de leigos quanto de cientistas por conta de sua estética e grafismo, tendo sido citadas desde o século XIX por autores, como na obra a necrópole de Miracanguera do autor Barbosa Rodrigues em 1892 (Neves, 2022). Outro fascínio por essas cerâmicas registrado na história, é o caso do padre cronista Gaspar Carvajal, que em 1542, em uma expedição do colonizador Francisco de Orellana, constatou que em uma aldeia indígena abandonada, havia belas cerâmicas com nível de elaboração comparáveis às de Málaga (Neves, 2022), na Espanha.

As cerâmicas da Fase Guarita possuem características únicas que as diferenciam das cerâmicas produzidas anteriormente a ela na mesma região. Elas pertencem à Tradição Polícroma da Amazônia (TPA), que rompeu com as Tradições Borda Incisa das Fases Açutuba, Manacapuru e Paredão. As diferenças entre as cerâmicas pertencentes à Fase Guarita e as anteriores são notórias, pois há mais intensidade no uso e aplicação de pinturas políchromas (preto, vermelho e branco), e em seus flanges mesiais (partes salientes próxima ao lábio da peça) contém apliques antropomorfos e zoomorfos reconhecíveis da própria Fase Guarita, sendo tão abundante o uso dos flanges, que se tornaram “fósseis guias” (Tamanaha, 2012) para se reconhecer uma cerâmica Guarita.



As cerâmicas TPA possuem desenhos decorativos, que consistem em largas faixas nas cores vermelha e preta sobre uma base branca, tendo essas faixas que podem ser retas ou curvas, apresentando decoração plástica em formatos antropomorfos e zoomorfos, representando humanos e animais, como em urnas funerárias (figura 6 e 8). A maioria das cerâmicas Guarita conhecidas tiveram suas pinturas removidas devido a erosão, mas os poucos casos em que ainda há a pintura, nos revelou um padrão de decoração requintado, como a urna funerária encontrada no sítio arqueológico Jauary em Itacoatiara/AM (figura 6), que encontra-se atualmente em exposição permanente e pública no laboratório de Arqueologia da UFAM, pertencente ao Museu Amazônico.

Figura 6 – Urnas Funerárias encontradas no sítio arqueológico Jauary na cidade de Itacoatiara/AM.



Fonte: Acervo do Museu Amazônico, localizado no Laboratório de Arqueologia da UFAM, Manaus/AM, de autoria própria.

Figura 7 - Vasos da Fase Guarita



Fonte: Acervo do Museu Amazônico, localizado no Laboratório de Arqueologia da UFAM – Manaus/AM, de autoria própria.



O patrimônio digital e a arqueologia amazônica

No contexto dos estudos sobre patrimônio cultural, ainda há a discussão sobre como a era digital pode e deve ser incorporada visto que há uma recente intensificação da comercialização do patrimônio cultural (Ramires, 2019). Este projeto busca a preservação e difusão do conhecimento arqueológico, alinhando-se com a crescente utilização das tecnologias digitais para se fazer a preservação do patrimônio cultural brasileiro (Reis, 2019), essas tecnologias possibilitam interações diversas com o patrimônio cultural, tanto de natureza acadêmica quanto pessoal. A interação do acervo digital disponível no site do Museu Amazônico pode proporcionar novas oportunidades para se entender e valorizar os bens arqueológicos.

Através do acervo digital arqueológico hospedado no site do Museu Amazônico, este projeto busca a preservação e difusão do conhecimento arqueológico, podendo ser visitado tanto por acadêmicos quanto por pessoas do público geral interessadas nos estudos. Essa iniciativa neste projeto, tem como seu objetivo enriquecer ainda mais o conhecimento sobre o passado dos povos indígenas, podendo ser uma possibilidade o benefício de atividades interdisciplinares entre a arqueologia e as atividades de educação patrimonial.

Este período moderno em que vivemos se diferencia muito dos anteriores, pois a tecnologia digital não desempenhava um papel central na comunicação cotidiana das pessoas como atualmente. Este projeto busca trazer o estudo sobre o uso do patrimônio digital para fins de preservação patrimonial no contexto brasileiro, através do acervo arqueológico digitalizado. Além de seu valor científico, a digitalização das coleções arqueológicas assume um papel ético e político na preservação da memória dos povos originários da Amazônia. Ao reunir e tornar acessíveis esses objetos arqueológicos, outrora restritos a depósitos institucionais físicos, o projeto contribui para auxiliar na reversão da invisibilidade histórica que marcou a representação indígena na historiografia e na arqueologia brasileiras através dos anos. A inserção desses materiais em um acervo digital não apenas amplia o alcance do conhecimento, mas também possibilita novas formas de interação entre o público e o patrimônio arqueológico, fortalecendo a noção de pertencimento e responsabilidade coletiva sobre a preservação das heranças culturais amazônicas.

A digitalização destes acervos arqueológicos se revela uma medida imprescindível diante das recorrentes perdas de bens culturais causadas por desastres naturais ou acidentes em instituições de guardas, como no incêndio que destruiu quase que a totalidade do acervo pertencente ao Museu Nacional do Rio de Janeiro em 2018, incluindo várias peças



arqueológicas, além de diversos outros objetos da nossa história. Episódios como este evidenciam a vulnerabilidade dos acervos físicos e reforçam a necessidade de políticas permanentes de digitalização. Deste modo, a criação de acervos digitais é fundamental e funciona como uma estratégia de mitigação de memória, garantindo que, mesmo diante da perda material, o conhecimento e o valor cultural desses bens que pertencem a nossa história e a nosso povo, permanecem preservados e acessíveis para todas as futuras gerações.

O site funciona como um repositório digital totalmente gratuito e público, onde é possível acessar uma variedade de materiais arqueológicos, como coleções cerâmicas, líticos, amostras de sedimentos e muito mais. Dentre todo esse acervo, pode-se filtrar a pesquisa por município, sítio arqueológico, autores que fizeram a coleta dos materiais e as suas respectivas datas. Um ótimo exemplo é o Projeto Baixo Urubu⁵, que contém belíssimas peças e fragmentos cerâmicos catalogados. Nota-se que ainda está previsto a consulta filtrada pela categoria (Fase) de todos os conteúdos arqueológicos, apenas não foi possível implementar essa opção de imediato pela falta de pesquisadores envolvidos.

Deste modo, o patrimônio digital aplicado à arqueologia da Amazônia representa a convergência entre ciência, tecnologia e memória. Ela não substitui o objeto físico, mas o complementa, implicando sua sobrevivência simbólica e sua circulação de sentidos (Pastre; Pedras, 2025), exigindo das instituições um compromisso renovado com a transparência, a responsabilidade social e o respeito às origens culturais do material preservado. Assim, a digitalização das coleções arqueológicas não deve ser encarada apenas como uma tarefa técnica, mas também como um ato político e ético de restituição da memória em prol dos povos originários e de valorização da diversidade cultural amazônica. Preservar, neste contexto, é também reconhecer, recontar e compartilhar, garantindo que os vestígios do passado indígena na Amazônia possam gerar conhecimento, pertencimento e resistência.

Considerações finais

Ao trabalhar diretamente no Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pude catalogar e analisar as peças cerâmicas pertencentes às quatro Fases da Amazônia Central, com ênfase na Fase Guarita. Essa vivência prática pôde enriquecer essa pesquisa e permitiu unir a experiência do manuseio, descrição e digitalização dos fragmentos cerâmicos à reflexão teórica sobre a historiografia indígena no Brasil. Deste modo, este artigo combina a materialidade observada no acervo do Museu Amazônico com

⁵ <https://arqamazon.ict.ufvjm.edu.br/jspui/handle/ufam/25>



uma análise crítica sobre a forma como os povos originários foram interpretados ao longo da sua história no território brasileiro.

Os resultados obtidos nesta pesquisa nos permitem concluir que a arqueologia, quando aliada às ferramentas de preservação e difusão digital, pode se tornar uma via essencial para repensar os lugares de ocupação dos povos indígenas na narrativa histórica brasileira. A organização deste acervo digital no site do Museu Amazônico não apenas organiza e preserva os fragmentos cerâmicos destes povos, mas também nos permite um novo olhar sobre estes objetos. Ou seja, eles deixam de ser simples vestígios do passado e passam a ocupar um papel ativo na reconstrução das memórias e na valorização cultural destes povos, tendo a digitalização como uma forma de democratizar e ampliar o alcance deste patrimônio, permitindo que estudantes, pesquisadores e a sociedade em geral tenham acesso às informações que antes estavam restritas ao espaço físico do acervo do Laboratório de Arqueologia da UFAM em Manaus.

Neste sentido, a pesquisa contribui também para superar os estereótipos e silenciamentos presentes na historiografia tradicional, que frequentemente relegou os povos indígenas a um papel secundário e marginalizado. A análise das cerâmicas junto a uma revisão crítica à historiografia tradicional nos revelam não apenas práticas culturais complexas, mas também sistemas de organização social, redes de trocas e expressões estéticas sofisticadas, que desmontam a ideia de sociedades “atrasadas” ou incapazes de criar modos de vida duradouros na Amazônia. Esses vestígios materiais nos revelam uma longa e complexa trajetória de adaptação ao ambiente, inovações tecnológicas e diversidade cultural em um espaço tão amplo, comprovando que a presença indígena foi marcada por sua inteligência, criatividade e protagonismo histórico.

Em suma, ao unir teoria, prática e tecnologia, esta pesquisa não apenas valoriza o passado dos povos indígenas na Amazônia, mas também projeta novas formas de preservação e acesso, assegurando que a história, cultura e legado desses povos sejam reconhecidas, respeitadas e transmitidas às próximas gerações, reforçando a importância de considerar a longa duração da presença indígena na Amazônia, que remonta milênios antes da colonização e evidencia como a arqueologia pode contribuir para construir narrativas mais inclusivas.

O mundo olha para essa Amazônia com um olhar de satélite, por cima. Só conseguem enxergar o verde e a beleza dos rios. Mas a vida dessas pessoas aqui embaixo, que não conseguem ser olhadas, elas têm sido impactadas, e ninguém cuida dessas pessoas. Querem proteger as árvores, o rio, mas não cuidam das pessoas que protegem as árvores e os rios (Witoto, Vanda, 2023).



Data de Submissão: 30/08/2025

Data de Aceite: 09/11/2025

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARCURI, M. M. Tribos, **Cacicados ou Estados? A dualidade e centralização da chefia na organização social da América pré-colombiana**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 17: 305-320, 2007.

CHMYZ, I.; BROCHADO, J. P.; DIAS JR., O. F.; EVANS, C.; PEROTA, C; PIAZZA, W. F; MARANCA, S.; MEGGERS, B. J.; MILLER, E. T.; RAUTH, J. W. **Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica**. Segunda edição revista e ampliada. Cadernos de Arqueologia. Museu de Arqueologia e Artes Populares, Paranaguá - PR, v. 1, p. 119-148, 1976.

COSTA, F. W. 2009. **Arqueologia das campinaranas do baixo rio Negro**: em busca dos pré-ceramistas nos areais da Amazônia Central. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Ática, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **O Instituto Geográfico Brasileiro e a historiografia**. In: Historiografia e Nação no Brasil 1838-1857. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HEMMING, J. **Árvore de rios: a história da Amazônia**. Tradução de André Luiz de Alvarenga. São Paulo: Editora Senac, 2011.

KOK, Glória. 2017. **Fragmentos de história indígena na Amazônia colonial**: ocupações, conflitos e deslocamentos no rio Madeira. In Cristina.

LIMA, H. (1996). **Análises cerâmicas na arqueologia amazônica**. In: C. E. Gnecco e P. Funari (orgs.), Arqueologia de áreas úmidas na América do Sul (p. 45-58). São Paulo: Annablume

LIMA, H.P.; NEVES, E.G. **Cerâmicas da Tradição Borda Incisa/Barrancóide na Amazônia Central**. R. Museu Arq. Etn., São Paulo, n. 21, p. 205-230, 2011.

LIMA, Helena Pinto. **Análises cerâmicas na arqueologia amazônica: contribuições da Amazônia Central a uma longa trajetória de discussões**. Revista de Arqueologia, v.28, n.1, 2015.

LIMA, Tania Andrade. **Cultura material**: a dimensão concreta das relações sociais. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.

MEGGER, Betty J. *Amazonia: Man and cultura in a counterfeit paradise*. Chicago: Aldine, 1971.



MILLER, Daniel. *Artifacts and the meaning of things*. In: Ingold, T. (Ed.). *Companion Encyclopedia of Anthropology*. London: Routledge, 1994. p. 396-419.

MORAES, C. De P; NEVES, E. G. **O ano 1000: adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central**. *Amazônica-Revista de Antropologia*, v4, n.1, p. 122-48, 2012.

MORAES, Claide de Paula. **O Determinismo Agrícola na Arqueologia Amazônica**. *Revista Estudos Avançados* 29 (83): Aspectos da Arqueologia Brasileira, 2015.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. 1ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

NEVES, Eduardo Góes. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central**. São Paulo: Ubu Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

NOELLI, Francisco Silva; FERREIRA, Lúcio Menezes. **A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1239-1264, set.-dez. 2007

PASTRE, Bruno; PEDRAS, Marcelo. **Implementação de repositório arqueológico digital com DSpace: preservação e acesso a acervos científicos**. *Revista Brasileira de Arqueologia Digital*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 40–58, 2025.

REIS, José Carlos. **Anos 1850: Varnhagen e o elogio da Colonização portuguesa**. In: *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, Francisco Jorge. **Além da Conquista: Guerras e Rebeliões Indígenas na Amazônia Pombalina**. Manaus: EDUA, 1998.

SILVA, Carlos Augusto da. **A reprodução de vidas em sítios arqueológicos na Amazônia**. Manaus: Edua, 2014.

TAMANAH, K.T; NEVES, E.G. **800 Anos da Tradição Polícroma da Amazônia: um panorama histórico no baixo Rio Solimões**. *Anuário Antropológico*, UNB, Brasília, v.39, n.2: p.45-47, 2013.

VANDA WITOTO. Vanda Witoto, 2023. Disponível em: <https://vandawitoto.com.br>. Acesso em: 13 ago. 2023.